

AS HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS NOS CURRÍCULOS DAS LICENCIATURAS EM HISTÓRIA

THE HISTORIES AND INDIGENOUS CULTURES IN THE CURRICULA OF THE DEGREES IN HISTORY

Aline de Alcântara Valentini

<aline.jaxuca@gmail.com>

Doutora em Educação: História, Política, Sociedade

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, Brasil

Prof. Faculdades Integradas de Ciências Humanas Saúde e Educação de Guarulhos (FIG)

<http://lattes.cnpq.br/3780257092074260>

RESUMO

O presente artigo resume o resultado de pesquisa de doutorado, defendida recentemente no Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política e Sociedade da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). O trabalho de doutorado foi realizado com apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Apresentamos o estudo dos currículos de quatro cursos de Licenciatura em História, todas de universidades localizadas no Estado de São Paulo, com o objetivo de compreender e demonstrar o processo, pelo qual os conteúdos de História Indígena passam a ser relevantes nestes cursos. Analisamos além, da própria legislação pertinente, os programas das disciplinas em vigência, a partir da aprovação dos atuais projetos pedagógicos dos cursos com base nas discussões sobre a história indígena e o papel a ela atribuído, diante da análise da dinâmica da construção sócio-histórica do currículo dos cursos definidos para a pesquisa. A Lei 11.645/08 e seus desdobramentos foram o ponto de partida para o estudo. Decretada e sancionada pelo então presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva, tal lei é fruto direto das reivindicações dos movimentos indígenas, Organizações indigenistas e universidades, que almejam ver reconhecidas, suas contribuições no processo de formação da nação brasileira. A lei ao reforçar a relevância que a escola tem, ao tornar obrigatório o ensino das histórias e culturas indígenas em todos os níveis do ensino básico, leva ao questionamento e entendimento da importância da Universidade no processo de formação dos professores, elemento central investigado. Nesse contexto, a demanda criada pela lei pode apontar para inclusão de conteúdos; constituição de uma disciplina acadêmica específica na grade curricular,

concursos para o provimento de vagas por especialistas na área e aumento de pesquisas e orientações acadêmicas institucionais. Para o estudo analisamos a legislação pertinente e o currículo das Licenciaturas em História das universidades USP, UNESP/FCL-Assis, Unicamp e PUC-SP, a partir da leitura dos projetos pedagógicos, programas de disciplinas e ementários, os mais recentes. Os conceitos de currículo e disciplina empregados referenciam-se nas considerações de Ivor Goodson e André Chervel.

PALAVRAS-CHAVE: história indígena; currículo; licenciatura em História.

ABSTRACT

The present article summarizes the result of a doctorate research, defended recently in the Program of Postgraduate in Education: History, Politics, and Society of PUC-SP (Pontifical Catholic University of São Paulo). The doctorate work was accomplished with the support of CNPq (National Council of Scientific and Technological Development). We presented the study of the curricula of four courses of Degree in History – all of them of universities located in the State of São Paulo – with the objective of to understand and to demonstrate the process, for which the contents of Indigenous History start to be relevant in these courses. We analyzed the pertinent legislation itself and the programs of the disciplines in validity as well, starting from the approval of the current pedagogic projects of the courses with base in the discussions on the indigenous history and the paper to her attributed, before the analysis of the dynamics of the construction socio-historical of the curriculum of the defined courses

for the research. The Law 11.645/08 and their developments were the starting point for the study. Decreed and sanctioned by the then president of the republic, Luís Inácio Lula da Silva, this law is the direct fruit of the claims of the indigenous movements, indigenous organizations and universities that long for seeing their contributions in the formation process of the Brazilian nation recognized. The law, by reinforcing the relevance of the school, by making the teaching of indigenous histories and cultures compulsory at all levels of basic education, leads to the questioning and understanding of the importance of the University in the process of teacher training, a central element investigated. In that context, the demand created by the law may point to inclusion of contents; constitution of a

specific academic discipline in the school curriculum, contests for the filling of vacancies by specialists in the area and increase of researches and institutional academic orientations. For the study, we analyzed the pertinent legislation and the curriculum of the degrees in History of the universities USP, UNESP/FCL-Assis, Unicamp and PUC-SP, from the reading of the most recent pedagogical projects, programs of disciplines and memorandum books. The concepts of curriculum and discipline here employed are based on the considerations of Ivor Goodson and André Chervel.

KEYWORDS: indigenous history; curriculum; graduation in History.



Nos últimos anos tem crescido o interesse de pesquisadores de diferentes áreas, pelo estudo de temas que concernem à questão indígena. Na Educação, por exemplo, têm surgido muitas pesquisas sobre educação escolar indígena, ensino de temas relativos à cultura indígena nas escolas regulares, legislação educacional específica, etc. Nos estudos de História, outro exemplo, os indígenas vêm conquistando pela primeira vez um protagonismo na história narrada.

O exame de temas relacionados aos povos e culturas indígenas é uma necessidade que tem vínculos diretos com a realidade brasileira atual. Consiste numa forma de atender e compreender os debates em construção na sociedade brasileira - sobre a diversidade cultural – articulando-as aos problemas sociais contemporâneos.

Nos anos 1980, no contexto de redemocratização do país, vários segmentos sociais se organizaram na busca de direitos que até então foram negados. O Movimento Negro, por exemplo, reivindicava há muito tempo, políticas que promovessem não apenas melhores

condições de vida para os afrodescendentes, mas também a implementação de ações legais e educativas no combate preconceito, racismo e discriminação.

Quanto ao movimento indígena¹, os povos originários começaram a formar organizações de alcance nacional e com pautas de reivindicação já na década de 1970. Buscavam, naquele momento, se defender das frentes de expansão promovidas pela Ditadura Civil-Militar no Brasil².

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi uma grande conquista para os povos indígenas e seus apoiadores. Pela primeira vez em um documento oficial foi abandonada a visão assimilacionista ao reconhecer e garantir-lhes o direito às suas especificidades étnico-culturais, assim como seus direitos sobre terras ao serem definidos como população originária; e ainda o direito de terem escolas diferenciadas e bilíngues, com currículos e calendários específicos.

Na década de 1990, houve mudanças na legislação da educação brasileira a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), decretada em 1996, marcando o início de uma nova fase da política, gestão e legislação da educação brasileira. Mais tarde a Lei 10.639/03 e sua complementar, Lei 11.645/08, alteraram o artigo 26-A da LDBN (Lei 9.394/96) ao estabelecer a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no âmbito de todo o currículo escolar.

Apesar dos significativos avanços na legislação, entre a lei e a sua realização sempre foi amplo o descompasso no Brasil. Do currículo do ensino básico ao universitário, a narrativa histórica oficial, em grande parte e por muito tempo privilegiou o ponto de vista europeu sobre a história de nossa formação. Apresentou, muitas vezes, apenas uma linha explicativa em que os indígenas não estavam presentes como sujeitos, como parte constituinte da identidade nacional brasileira.

¹ Com respeito ao conceito de “movimento” aqui usado, cabe considerar que entendemos a luta indígena enquanto movimento no sentido de que este tem origem em experiências de desrespeito que alcança todo um grupo. Ressaltamos que o referido movimento indígena não pode ser compreendido a partir da ideia de unidade, sendo antes a diversidade e fragmentação características importantes, como ocorre internamente também em outros movimentos sociais. Cabe ainda frisar que, apesar dos indígenas apenas iniciarem um movimento de alcance nacional na década de 1970, desde sempre resistem e constroem estratégias de luta, como já afirmado por diversos historiadores (ALMEIDA, 2010; CUNHA, 1992) e pelo testemunho e memória da tradição oral dos próprios indígenas.

² No ano de 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) divulgou seu relatório, no qual denuncia que os povos indígenas no Brasil, sofreram violação de direitos humanos, entre os anos de 1946 e 1988. O documento revela que pelo menos 8.350 indígenas foram mortos pelo Estado brasileiro, no período investigado. Durante toda a Ditadura civil-militar, os indígenas foram perseguidos, criminalizados, presos, torturados e mortos.

Conforme Circe Maria Fernandes Bittencourt (2004) o ensino da História do Brasil está diretamente relacionado à constituição da identidade nacional. Segundo a historiadora, a disciplina de História foi incluída no currículo das escolas com o objetivo político de construir a ideia de um Brasil como nação e o sentimento de pertencimento a uma identidade nacional. Sobre o atual momento da disciplina de História e sua função quanto à construção da identidade nacional, salienta que persiste a necessidade de situar o papel da História do Brasil em sua constituição. A autora realiza então, uma importante reflexão sobre o ensino da História do Brasil relacionado ao problema da identidade nacional, no atual momento histórico, em que as histórias nacionais têm sido questionadas e repensadas não somente no Brasil, mas na maior parte dos países ocidentais.

A implementação da Lei 11.645, de 2008, vem oportunizar que os estudantes das escolas brasileiras problematizem a História de nosso país, ampliando-a no sentido de reconhecer e valorizar a nossa grande riqueza cultural, mas para tanto é necessário enfrentar diversos desafios, tais como: produção de conhecimentos sobre os indígenas, suas histórias e suas culturas; publicação de materiais sobre tais temas; fazer com que a produção acadêmica e livros didáticos mais adequados alcancem as escolas; envolver a comunidade escolar em um projeto de discussão, de problematização e de engajamento em ações efetivas que objetivem a valorização da diversidade cultural brasileira; uma urgente política de formação continuada para capacitar os professores a trabalharem com tal temática e; é preciso que os cursos de Licenciatura apresentem disciplinas que discutam as Histórias e Culturas Indígenas³, oferecendo assim embasamento teórico e metodológico aos futuros professores. Mas devemos lembrar que esse reconhecimento exige também novas posturas e medidas das autoridades governamentais em ouvir dos próprios indígenas a demanda por novas políticas públicas que reconheçam, respeitem e garantam seus direitos.

Na pesquisa aqui relatada consideramos a formação dos futuros professores para o ensino da história indígena como um dos principais elementos que devem ser levados em conta para enfrentar os desafios da implementação da Lei 11.645/08. O trecho a seguir, de Edson Silva,

³ Apesar da Lei 11.645/08 tratar no singular a história e cultura indígena, usamos “histórias e culturas indígenas”, no plural, porque entendemos que os numerosos povos indígenas possuem processos históricos e culturas diversos. O último Censo do IBGE (2010) apontou 305 etnias registradas, com línguas, modos de pensar e vivenciar os mais variados, os quais apesar de possuir alguns traços culturais e histórias em comum, apresentam muitas diferenças. De acordo com Carlos José Ferreira dos Santos, o enunciado da Lei 11.645/08 pode conduzir os educadores a reproduzir concepções padronizadas acerca dos indígenas brasileiros, uma vez que “percebe-se que ela possibilita uma noção de história e cultura indígena num sentido absoluto, unificador e genérico” (SANTOS, 2012, p. 202).

reforça nossa afirmação sobre a formação dos professores e ainda defende a inclusão de disciplinas obrigatórias sobre a temática indígena nas licenciaturas, sobretudo nos cursos da área de Ciências Humanas:

Passados mais de 04 anos de sua publicação, persistem vários desafios para efetivação do que determinou a Lei 11.645/2008. É de fundamental importância, por exemplo, capacitar os quadros técnicos de instâncias governamentais (federais, estaduais e municipais) para o combate aos racismos institucionais. Mas um grande desafio – ou o maior deles – é a capacitação de professores. Tanto dos que estão atuando (a chamada ‘formação continuada’) quanto daqueles ainda em formação nas universidades públicas e privadas, nos diversos cursos de licenciatura e magistério. Isso significa dizer que no âmbito dos currículos dos cursos de licenciatura e de formação de professores deve ocorrer a inclusão de cadeiras obrigatórias, ministradas por especialistas, tratando especificamente da temática indígena. Sobretudo em cursos das áreas das Ciências Humanas e Sociais (SILVA, 2012, p. 220).

Um dos motivos que dificultam a viabilidade da Lei 11.645/08⁴, diz respeito justamente ao fato de que não menciona em seu texto a obrigatoriedade dos cursos superiores, especialmente os de formação de professores, de efetivar o estudo da temática indígena. Sobre a formação nas licenciaturas de História, voltada para o ensino de conteúdos sobre as histórias e culturas indígenas nas escolas, muitos autores apontam a ausência da temática em seus currículos (BITTENCOURT, 2014; ALMEIDA NETO, 2014; CEREZER, 2015; SANTOS, 2015).

A partir do exposto, propomos a seguinte reflexão: como a temática indígena está sendo tratada nos cursos de formação de professores em História? Eis a nossa principal pergunta que norteia a pesquisa e que se desdobra nos seguintes questionamentos: a) Os cursos de licenciatura em História das universidades estudadas incluem em seus currículos as histórias e culturas indígenas? b) Qual o espaço destinado à temática indígena (esta é incorporada enquanto conteúdos de disciplinas já consagradas ou constituem novas disciplinas específicas sobre as histórias indígenas)? c) Qual a abordagem das disciplinas e conteúdos que referenciam os indígenas?

⁴ A Lei 11.645/08 não faz referência direta às Universidades, apenas à rede básica de ensino, no entanto, é implícita a necessária formação do futuro professor para o ensino da temática. A lei em questão é complementar da Lei 10.639/03 que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira na rede básica de ensino. Um ano após a aprovação da Lei 10.639/03 o Ministério da Educação (MEC) lançou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, neste documento consta a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos cursos de licenciatura. Passados oito anos da aprovação da Lei 11.645/08 ainda não temos uma Diretriz que contemple a temática indígena e responsabilize as universidades, no que concerne a formação do professor para a adequada aplicação da referida Lei.

Com base nas questões apontadas, foram analisados então os currículos dos cursos de História das seguintes instituições: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP /Fcl-Assis), Universidade de Campinas (Unicamp) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Dentre os critérios para a escolha das universidades, elencamos aqui: o reconhecimento nacional e internacional de que gozam pelo seu ensino e pesquisa, a consideração de que as universidades estudadas são referências para a organização curricular de outras universidades no Brasil, e todas possuem mais de 30 anos de existência e vivenciaram os mesmos períodos e contextos políticos e sociais, sendo assim a universidade é vista no contexto mais amplo dos acontecimentos na sociedade brasileira com o olhar voltado para como ela responde às demandas que a sociedade lhe apresenta. Colaborou ainda para a escolha, o fato de que as universidades localizam-se no Estado de São Paulo, o maior estado da federação em número de habitantes, com longa história de presença indígena como também de invisibilidade desta população⁵.

Sustentou a investigação a relevância política, social e científica da temática no atual contexto sociocultural e educacional. O diálogo com a universidade possibilita ampliar a compreensão dos problemas relacionados ao estudo da história indígena não apenas no ensino superior, mas também na educação básica uma vez que os currículos dos cursos de licenciaturas exercem grande influência na organização do trabalho pedagógico escolar, e ainda no contexto mais amplo da sociedade.

Analizamos os programas das disciplinas em vigência a partir da aprovação dos atuais projetos pedagógicos dos cursos com base nas discussões sobre a “História Indígena” e ao papel a ela atribuído, mediante análise da dinâmica da construção sócio histórica do currículo dos cursos observados.

Adotamos plenamente o conceito de currículo apresentado pelo inglês Ivor Goodson que o entende como construção social, focando onde tal construção se dá primeiramente, em nível da própria prescrição. Acreditamos, assim como Goodson, que o currículo escrito “é o testemunho visível, público e sujeito a mudanças, uma lógica que se escolhe para, mediante sua

⁵ São Paulo, de acordo com o Censo do IBGE de 2010, tem 0,1% de indígenas, totalizando 41.794 habitantes, os quais vivem, sobretudo, nas cidades (37.915). Tais números corroboram para que as universidades do estado de São Paulo, nos cursos de história, revejam seus currículos a fim de atender ao disposto nas legislações com relação ao ensino da temática.

retórica, legitimar uma escolarização” (GOODSON, 2013, p. 21). Sendo assim, entendemos que o currículo escrito revela e justifica determinadas intenções que são publicamente manifestadas e legitimadas à medida que vão sendo assumidas em estruturas e instituições.

No entanto, é preciso ressaltar que as fontes pesquisadas apresentam limitações. O currículo se constrói em uma grande variedade de âmbitos e níveis, sendo essencial diferenciar entre o currículo escrito e o currículo como atividade em sala de aula. Goodson propõe, então, uma abordagem combinada entre o currículo prescrito e a análise das negociações da comunidade disciplinar para a sua realização, devendo ser consideradas tanto as características do contexto interno quanto as suas relações com o contexto externo.

De acordo com Helenice Ciampi, as fontes quando institucionais, como as que analisamos, têm muitas vezes um caráter normativo e que não raro representam intenções difíceis de afirmar se foram mesmo realizadas. Porém, a autora lembra que tais fontes permitem “observações indicativas de tendências que, em determinados momentos, pareceram prevalecer sobre as demais, nas reflexões do corpo docente” (CIAMPI, 2000, p. 35).

Apesar de suas limitações as fontes escolhidas permitem suficientemente compreender que modelos de formação de professores de História vêm sendo adotados nas universidades selecionadas a partir do questionamento sobre como as universidades incluem as histórias e culturas indígenas em seus currículos, e quais conteúdos e perspectivas teórico-metodológicos são privilegiados. Permite também identificar as possibilidades e limitações para o avanço das discussões sobre a temática indígena nos cursos estudados considerando-se fatores internos e externos às universidades.

Portanto, enfatizamos que nossas análises são apenas indicativas de tendências que, apontam como a questão indígena está ou não presente nas reflexões do corpo docente dos cursos contemplados. Em nosso estudo a análise dos documentos, permitiu discutir a concepção de história presente nos currículos a partir da disposição para acolher ou não a temática indígena considerando que os currículos dos cursos de licenciaturas exercem grande influência na organização do trabalho pedagógico escolar, não somente porque organizam os conhecimentos a serem socializados pelos professores e apropriados pelos estudantes da educação básica, mas porque, nele estão implícitas, as escolhas, os silêncios, as disputas culturais, sociais e políticas que privilegiam determinados conhecimentos e culturas em detrimento de outros, neste caso, os

conhecimentos referentes às histórias e culturas da população indígena. Do mesmo modo, nele também estão presentes as possibilidades e contribuições para a superação das desigualdades.

Para atender as demandas geradas no contexto escolar e social mais abrangente, produzidas pela diversidade e exclusão, os cursos de licenciatura vêm promovendo reformulações que alteram significativamente suas estruturas curriculares. Os estudos de Goodson sobre as disciplinas curriculares têm acentuado o fato de que os rumos de uma disciplina são afetados por debates e disputas entre os subgrupos que compõem e também como essas disputas são influenciadas por aspectos da política educacional e da sociedade mais ampla. A lógica processual das disciplinas, como proposto pelo autor, é assumir inicialmente uma necessidade social de existência para, num movimento posterior, legitimar-se como uma tradição acadêmica.

Goodson exemplifica, nesse sentido, o currículo como “invenção de tradição” referindo-se a Eric Hobsbawn. Para Hobsbawn (2014, p. 08) *tradição inventada* significa um conjunto de práticas e ritos, normalmente guiados por normas expressas ou tacitamente aceitas; que fazem circular certos valores e normas de comportamento por meio de repetição, o que implica em continuidade com um passado histórico considerado apropriado. Ou seja, tradições e costumes inventados não são originais, são construídos. Assim, entendemos o currículo como “tradição inventada”, pois define um tipo de verdade que fornece uma estrutura para a ação que pode permanecer por longo tempo sem ser questionada e ao mesmo tempo beneficiar determinados grupos dominantes.

Nos cursos de história a introdução de disciplinas e pesquisas sobre história indígena pode apontar para uma redefinição de paradigmas, uma vez que as disciplinas de status reconhecidos nestes cursos foram por muito tempo predominantemente de caráter eurocêntrico. Contar a história com e a partir de outros sujeitos pode significar a desconstrução de uma tradição, o que não implica desconsiderar o componente europeu na constituição dessa nova história e identidade brasileiras, que desejamos mais ampla e sensível aos diferentes sujeitos. Também não desconsideramos a necessária atenção para as determinações históricas, sociais, políticas e culturais que incidem diretamente para que haja resistência a fim de dar lugar na História aos povos indígenas.

Assim temos que a inclusão das histórias e culturas indígenas nos cursos de Licenciatura em História não ocorre sem negociações e disputas, pois é um cenário repleto de interesses divergentes, opiniões plurais e interpretações também plurais. Pensar a inclusão da

temática indígena, no atual cenário social, significa (re) pensar as relações de poder presentes na constituição identitária da sociedade brasileira.

No que diz respeito ao seu papel na formação de professores, para que a Universidade contribua para a superação de uma história única, centrada no ponto de vista europeu e que desconsidera a presença de negros e, sobretudo de indígenas, é necessário que assuma os desafios que se apresentam de modo a contribuir para que os futuros professores se tornem “conhecedores da pluralidade de realidades presentes e passadas, das questões do seu mundo individual e coletivo, dos diferentes percursos e trajetórias históricas” (SCHIMIDT, 2012, p. 64). Portanto, mais do que criar disciplinas e inserir novos conteúdos, a introdução da história e cultura indígena nas licenciaturas em História exige uma mudança cultural e política no campo curricular e epistemológico.

Apresentamos a seguir um resumo das considerações a que chegamos a partir da leitura dos programas das disciplinas dos cursos selecionados para a pesquisa, sendo que, cabe ressaltar apenas disciplinas que contemplam conteúdos sobre as histórias e culturas indígenas tiveram seus programas analisados.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Algumas disciplinas são ofertadas para mais de uma turma por diferentes professores, portanto, possuem mais que um plano de curso. A partir da leitura dos programas das disciplinas ofertadas no curso de História na USP, e considerando a variedade de programas para cada disciplina, verificamos que não há uma disciplina obrigatória de História Indígena. Os povos indígenas são considerados nos conteúdos das disciplinas obrigatórias sobre História do Brasil e História da América com maior ou menor destaque de acordo com o professor que ministre a disciplina. Apresentamos a seguir as disciplinas obrigatórias ofertadas no curso de História da USP, que discutem a questão indígena.

A primeira disciplina que apresentamos intitula-se *História do Brasil Colonial I*, esta tem como responsáveis cinco docentes que se revezam para ministrá-la. A disciplina tem como objetivo discutir o desenvolvimento da colonização portuguesa no Brasil nos séculos XVI e XVII a partir de temas ligados a sociedade, política, economia e cultura, sendo que a abordagem dos conteúdos sofrem alterações de acordo com os recortes, temas e métodos de cada docente.

No primeiro semestre de 2016 quatro dos professores responsáveis ofertaram a disciplina. Nos programas analisados os indígenas são referenciados em diversos conteúdos e leituras indicadas, principalmente naqueles que discutem as bases da construção da sociedade escravista na América portuguesa, o contato e trocas culturais entre os indígenas, negros e europeus, a expansão do território com o bandeirantismo paulista e as escravizações e mortes causadas pelas expedições saídas de São Paulo e; a resistência indígena. Em um dos programas os povos que primeiro habitaram o continente americano são tratados em sua relação com o meio ambiente, principalmente com a Mata Atlântica.

A segunda disciplina em que consta no programa conteúdos de história indígena, *História do Brasil colonial II* é de responsabilidade dos mesmos professores de *História do Brasil colonial I*, porém a periodização abarca os séculos XVIII e XIX (até 1822). Na última vez que a disciplina foi ofertada (no segundo semestre de 2015) três docentes a ministraram.

Em nenhum dos programas há referência direta aos indígenas nos conteúdos elencados, no entanto, em um dos documentos aparecem nas leituras que são indicadas para cada conteúdo, principalmente em sua relação com as ordens religiosas no Brasil e o processo de escravização indígena durante o período estudado e, nos outros dois programas a temática indígena é contemplada em algumas das obras listadas na bibliografia básica, que tratam principalmente sobre legislação e políticas indigenistas.

A terceira disciplina em que se privilegiam conteúdos de História Indígena intitula-se *História da América Colonial*, sendo quatro os docentes responsáveis por oferta-la. Conforme consta nos programa o objetivo da disciplina é compreender a diversidade étnica que compõem a América, bem como os processos de conflitos e acomodações, entre as culturas indígenas, africanas e europeias. Tem como recorte temporal da chegada dos europeus até o início dos processos de independência dos países do continente americano, sobretudo nas áreas de colonização espanhola, mas também considera o Caribe inglês e francês e algumas outras áreas de colonização inglesa. O curso se dá a partir do estudo da organização econômica e social das civilizações americanas originárias, o impacto do contato com os europeus e as formas de resistência dos povos indígenas, o processo de colonização e a crise do sistema colonial.

Nos dois primeiros programas analisados a temática indígena está presente. Na relação de leituras obrigatórias consta uma grande variedade de documentos produzidos no período estudado. Destaca-se nas leituras e nos temas propostos do primeiro programa o

protagonismo indígena sempre lembrado no uso de termos como “resistência”, “rebelião” e “crítica ameríndia”, por exemplo. Para a discussão sobre os indígenas na sociedade contemporânea traz autores indígenas brasileiros, reforçando seu protagonismo, sendo eles: David K. Ianomâmi e Ailton Krenak importantes lideranças indígenas, que escrevem sobre a história de seu povo, indígenas contando sua própria história, ao mesmo tempo em que contempla também o contexto dos indígenas no território brasileiro.

O segundo programa da disciplina de *História da América Colonial*, foca no estudo dos padrões de organização econômica e social dos povos originários, o impacto da conquista europeia, o processo de colonização da América estendendo-se até a crise do sistema colonial. Novamente na disciplina os temas e indicações de leitura enfatizam o protagonismo indígena.

Quanto ao terceiro programa da disciplina de *História da América colonial*, este foca no tema *Os sistemas atlânticos do mundo moderno*. Neste programa os indígenas não aparecem diretamente nos títulos dos conteúdos programados, porém são referenciados na bibliografia e fontes documentais exigidos para a discussão do tema *O sistema atlântico ibérico* quando debate-se sobre o controle europeu no continente americano a partir da expansão atlântica e as discussões ideológicas no período sobre tal domínio.

Outra disciplina obrigatória em que identificamos a inclusão de conteúdos de história indígena é *História do Brasil Independente I*. São seis os docentes responsáveis pela disciplina que se revezam para ofertá-la. Em sua última versão (primeiro semestre de 2016) três docentes se responsabilizaram pela disciplina.

Dois dos programas não apresentam os indígenas nos títulos dos temas selecionados. No primeiro programa também nenhum entre os textos indicados para leitura traz diretamente em seu título referência aos indígenas, apenas em alguns de seus conteúdos como, por exemplo, a indicação da obra *Brasil e Paraguai: Uma releitura da Guerra*, organizada por Fernando Tadeu de Miranda Borges e Maria Adenir Peraro. No livro, entre outras questões, é abordada a participação dos grupos indígenas do pantanal brasileiro na Guerra do Paraguai.

O segundo programa para a disciplina de *História do Brasil Independente I* recebe o subtítulo de *Construção da nação, Estado, povo e cidadania na sociedade escravista do século XIX* e elenca, entre os objetivos da disciplina analisar a construção do Estado nacional, a dinâmica política e os diversos projetos da elite, as formas de inserção dos livres pobres, as relações econômicas, as relações externas, as transformações na escravidão no Brasil do século XIX. Os

indígenas não estão referenciados na ementa, nos temas e nas leituras de textos e documentos indicados para as aulas. Portanto, há sua ausência no currículo prescrito da disciplina.

Apenas no terceiro programa da disciplina de *História do Brasil Independente I* identificamos referência direta a história indígena. Em seu programa afirma-se que esta tem como objetivo analisar os processos históricos, que marcaram a formação do estado nacional brasileiro e a consolidação de uma economia escravista no país da Independência à República do ponto de vista da agência e resistência de escravos/as, forros/as, indígenas e homens e mulheres livres despossuídos.

Outra disciplina em que constam temas relacionados aos indígenas é História da *América Independente I*. A disciplina discriminada aborda temáticas referentes à história da América Latina no século XIX, tais como independência política, formação dos Estados Nacionais, construção das identidades nacionais, questão da terra, relações com os indígenas, imigração, urbanização e modernidade. Enfatiza as relações entre as esferas da política, da cultura e das ideias, sobretudo a partir da historiografia latino-americana contemporânea. Para a oferta da disciplina cinco professores se revezam. Analisamos os dois últimos programas apresentados e aprovados para a disciplina.

No primeiro programa estudado a disciplina *História da América Independente I* recebe o subtítulo *A construção dos estados nacionais e da modernidade na América espanhola do século XIX: dinâmicas sociais, culturais e políticas*. Os indígenas aparecem tanto nos conteúdos indicados quanto na bibliografia apresentada em separado, no contexto de reação à reforma liberal no México, no entanto, dos textos elencados na bibliografia do programa não é possível inferir quais foram discutidos nas aulas assim como também não é possível identificar as abordagens privilegiadas.

No segundo programa para a disciplina o recorte da discussão concentra-se na *América Latina no século XIX: debates políticos, tensões sociais e representações culturais na formação dos Estados nacionais*. O objetivo do curso é analisar temas da história política, social e cultural do século XIX, associados aos contextos de independência e formação dos Estados nacionais na América Latina. Privilegia o protagonismo de diferentes grupos sociais, como por exemplo, as mulheres, afrodescendentes e os indígenas, assim como também não desconsidera os projetos políticos elaborados pelas elites do século XIX. No que concerne aos indígenas estes são vistos a partir de seu lugar nos projetos de nação.

A última disciplina obrigatória que elencamos é *Ensino de História: teoria e prática*, obrigatória para quem escolhe a licenciatura e optativa eletiva para quem opta apenas pelo bacharelado. Apenas um professor é responsável pela disciplina.

No programa da disciplina afirma-se que seu objetivo é contribuir para a formação do professor do ensino de História para atuar no ensino básico, por intermédio do estudo das relações entre os fundamentos da produção historiográfica e os da história ensinada a partir de temas considerados fundamentais da contemporaneidade. Trás como proposta a análise de material didático, práticas escolares, estratégias didáticas e representações e ações do corpo docente. Os povos indígenas têm suas histórias e culturas contempladas nos temas *Ensino de história e a questão da história da América no ensino* e *O ensino de história e a questão indígena*. Títulos que demonstram a preocupação em formar o licenciado em história para o ensino da temática indígena em acordo com a Lei 11.645/08.

A partir de agora analisamos os programas das disciplinas optativas eletivas as quais os alunos do curso de História, da USP, podem cursar e que contemplam os povos indígenas. Entre elas temos *História social das ideias políticas na América colonial*. Conforme o programa da disciplina apresenta-se aos alunos um conjunto de textos e imagens que carregam justificativas jurídicas e teológicas da escravização, o que traz à tona as discussões sobre a situação dos ameríndios, uma vez que se legitimava a escravização dos africanos enquanto que houve disputa com relação à escravização dos povos originários: uns defendiam sua escravização, mesmo quando declarados livres pela Coroa, enquanto outros defendiam o uso do trabalho indígena num regime de tutela.

Os indígenas aparecem em diversos dos documentos elencados, os quais apresentam as principais ideias de Antônio Vieira sobre a escravização indígena e africana. No programa está prevista a discussão sobre a importância de Antônio Vieira para a definição de políticas indigenistas pela influência que exerceu sobre o rei D. João IV e diversos de seus conselheiros reais.

História da América pré-hispânica é outra disciplina que aborda a temática indígena. O objetivo geral é introduzir o aluno em debates importantes nos estudos históricos, arqueológicos e antropológicos que tratam da Mesoamérica, o Circuncaribe, os Andes Centrais e a Amazônia durante o período pré-hispânico e o início do colonial. Para tanto se apresenta os modos de

organização sociopolítica (do poder) e as características das tradições de pensamento (do saber) dos povos ameríndios.

A partir das leituras selecionadas o professor afirma que pretende mostrar as similaridades culturais e sociopolíticas entre os diversos grupos humanos que viviam em cada uma das quatro macrorregiões; mostrar também as distinções étnicas e políticas entre os grupos que formavam as macrorregiões; apresentar uma tipologia das fontes disponíveis para o estudo destas no período estudado; discutir sobre as fontes arqueológicas, históricas e etnográficas; possibilitar a compreensão dos processos históricos que se deram na época pré-hispânica, nos processos de conquista e de colonização europeia do continente, nos quais os povos ameríndios desempenharam funções e papéis históricos importantíssimos. No programa da disciplina também consta uma aula dedicada à discussão sobre livro didático.

História das Religiões, também disciplina optativa eletiva, foi ofertada pela última vez no segundo semestre de 2012 com o subtítulo *A História das Religiões e os Encontros Culturais da primeira Idade Moderna, entre Europa, América e Ásia*.

Os povos indígenas, de acordo com o programa e com a abordagem das leituras indicadas, ganham destaque na disciplina quando se apresenta a expansão europeia e de seu patrimônio cultural que, colocou em jogo os códigos interpretativos dos europeus, mas também dos povos com os quais entravam em contato. Para tanto, propõe a discussão de leituras e interpretações, sobretudo missionárias, das diferenças culturais - surgidas do encontro entre culturas europeias e não europeias com destaque para as sociedades americanas no início da Idade Moderna. Tais leituras apontam uma perspectiva de “hibridização” do pensamento ocidental que se desprende dos processos de reestruturação da cultura europeia e das culturas autóctones.

Entre as disciplinas optativas eletivas ofertadas, que apresentam em seu título os indígenas e que tem seus conteúdos e indicações de leitura, especialmente voltados para temáticas relacionadas aos povos originários está *O ensino de História e a questão indígena*. De acordo com o documento analisado seu objetivo é o de contribuir para a formação dos futuros professores de História, no que diz respeito à história indígena, para atender a Lei nº 11.465/08 ao possibilitar o estudo das relações entre os fundamentos da produção historiográfica e os da história ensinada, identificando e analisando representações, aprofundando temas históricos, e buscando alternativas de estudos escolares e materiais didáticos.

A última disciplina optativa eletiva que apresentamos também dá destaque para a temática indígena em seu título *História Indígena Colonial*. Conforme o seu programa os objetivos pretendidos são: apresentar e analisar como a história dos povos ameríndios no período colonial, principalmente os de território de colonização espanhola, aparece em currículos escolares, manuais de história, obras de divulgação científica e livros didáticos; buscar entender as premissas e fundamentos da ausência historiográfica e curricular de outros temas, como as atuações e motivações políticas das populações indígenas no mundo colonial; apresentar pesquisas que vêm sendo realizadas nas últimas três décadas, que se situam na fronteira entre a Arqueologia, a Antropologia e a História e que procuram mostrar que as populações originárias enquanto sujeitos históricos no período estudado.

Por fim, apresentamos a única disciplina optativa livre que contempla conteúdos da temática indígena, sendo ela intitulada de *História de São Paulo Colonial*. De acordo com o programa da disciplina, esta busca fornecer subsídios para a compreensão do passado colonial de São Paulo, explorando as semelhanças e as particularidades de sua formação histórica em relação a outras áreas da América Portuguesa.

Seus objetivos são a análise da colonização da capitania dentro dos quadros do Antigo Sistema Colonial; mostrar a articulação entre defesa do território, povoamento e economia; analisar a sociedade paulista colonial; apresentação de importantes fontes documentais do período e; apresentar os debates historiográficos e as novas perspectivas de pesquisa. Os indígenas são estudados a partir da conquista do litoral vicentino e dos primeiros tempos da capitania, da ocupação do planalto e economia paulista no século XVII, e no enfrentamento com os bandeirantes.

Por fim, ressaltamos que os alunos que optam pela licenciatura devem ainda cursar algumas disciplinas obrigatórias, ofertadas pelo Departamento de Educação, no entanto, não identificamos em nenhum de seus programas, temas relacionados às histórias e culturas indígenas e seu ensino.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

As disciplinas que apresentamos a seguir, as quais contemplam conteúdos sobre as histórias e culturas indígenas, são todas ofertadas em caráter obrigatório para o curso de licenciatura. Quanto as disciplinas de caráter optativo, podem ser ofertadas por professores de

outros departamentos, sendo que estas não são fixas, mudam a cada semestre com objetivo de ampliar a flexibilização dos cursos de bacharelado e licenciatura, permitindo ao aluno (de acordo com o projeto pedagógico do curso) maior autonomia para constituir seu currículo e possibilitar a ampliação e o aprofundamento do diálogo interdisciplinar com os demais cursos da Universidade. No entanto, nos últimos três anos - data de aprovação do último projeto pedagógico - nenhuma optativa contemplou a temática indígena. Também nenhuma das disciplinas na área de educação ofertadas para a formação do licenciado abordam as questões indígenas e seu ensino.

Duas disciplinas de história do Brasil contemplam as histórias e culturas indígenas. A primeira disciplina que analisamos denomina-se *Fundamentos do sistema colonial na América portuguesa: séculos XVI – XVII* (Brasil I). Conforme o programa a disciplina discute a constituição das relações de poder entre Metrópole e Colônia, considerando-se as formas de resistência construídas na luta contra as estruturas de dominação no território colonial. Os indígenas são referenciados nos conteúdos que abordam a ocupação do território e a escravização indígena, sobretudo em São Paulo. Aparecem também nos conteúdos sobre a catequização.

O século XVIII na América portuguesa e a crise do sistema colonial (Brasil II) é a segunda disciplina de História do Brasil que discute a temática indígena. A disciplina objetiva dar um panorama da América portuguesa no século XVIII, ressaltando a diversidade e complexidade da sociedade luso-americana de matriz escravocrata e ibérica, as transformações resultantes do desenvolvimento da mineração, e da expansão territorial a partir das definições de fronteiras com os espanhóis e as relações com as populações indígenas.

Todas as disciplinas de História da América abordam de algum modo a temática indígena. No programa da disciplina *História americana antes da conquista europeia* (América I) as histórias e culturas dos povos indígenas são frequentes em todos os conteúdos selecionados para as aulas, tais como a organização social dos povos da mesoamérica, sociedades de sacrifício, sociedades andinas, a cultura inca, entre outros. Em todos os temas há a preocupação com o ensino dos mesmos no ensino básico, sendo que a Lei 11.645/08 é enfatizada.

História da América colonial espanhola (América II) tem como objetivo o estudo das particularidades econômicas, políticas, sociais e culturais do processo de conquista e colonização protagonizadas por espanhóis, indígenas e mestiços. Com base em documentos e na produção historiográfica, reconstitui as imagens da América e de sua população indígena no século XVI e examina as tensões sociais, os conflitos políticos e as diversas respostas das populações indígenas

perante o domínio espanhol. Os principais conteúdos abordados tratam das interpretações da Conquista da América, a escravização indígena, culturas indígenas no Peru, indígenas e missionários, processos de mestiçagem, e conflitos e insurreições.

A terceira disciplina de História da América analisada a discutir conteúdos que envolvem as histórias e culturas indígenas intitula-se *América: gênese e formação do Estado* (América III). Conforme informações do programa, esta estuda a decomposição do sistema colonial, a consolidação do Estado e as lutas sociais. Propicia aos alunos o contato com a recente historiografia “que ressalta, entre outros aspectos a importância das cidades nesse processo, assim como uma releitura dos posicionamentos das nações constituídas pelos povos originários, na qualidade de protagonistas das lutas do período de consolidação dos Estados liberais”.⁶

Entre os objetivos da disciplina destaca-se o estudo a partir de documentos do período e da historiografia recente sobre a dinâmica histórica das lutas contra a dominação espanhola, os processos de independências e as características dos Estados nascentes, os conflitos que surgem a partir da configuração do liberalismo e capitalismo; as demandas dos povos originários e dos segmentos médios e a violência estatal decorrentes das autocracias Estado. Problematisa também o tratamento dado às questões ligadas à História da América, sobretudo questões relativas às classes, nações, etnias, impérios e imperialismos nos livros didáticos de diferentes níveis de ensino.

Os indígenas estão ausentes na relação dos temas para as aulas, no entanto, há indicação de uma obra que considera os indígenas, sendo a obra *Nossa América: indoamérica*, de Oliveiros da Silva Ferreira; referência para a discussão dos temas: *Formação dos Estados: Independência e guerras do século XIX* e *Apra/Aprismo*. Em *Nossa América* os indígenas são referenciados a partir da constatação de sua marginalidade na sociedade, que se dá a partir da exploração de sua mão-de-obra tirando-os das camadas mais significativas das relações sociais e deixando-o fora da sociedade.

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS

Sobre as disciplinas obrigatórias, apenas uma disciplina de História do Brasil faz referência direta em seu programa aos indígenas, sendo a disciplina de *História do Brasil I*, de

⁶ Retirado do programa da disciplina.

acordo com os documentos acessados, esta tem como foco o estudo da constituição e características da sociedade na América portuguesa do século XVI ao XVIII, por meio da revisão crítica da historiografia sobre o período e da análise de documentos. Muitos temas e leituras apresentados no programa da disciplina referenciam a história indígena numa perspectiva de protagonistas da história do período colonial brasileiro. Aborda em seus conteúdos a expansão ultramarina, o contato entre diferentes culturas e toda discussão gerada sobre o “governo dos povos” a partir de mecanismos de dominação colonial que trazia à tona o debate sobre a legitimidade das escravização indígena.

As disciplinas de *História da América I, II e III* abarcam conteúdos de história indígena em diversos de seus conteúdos desde as sociedades pré-colombianas ao momento atual. O estudo dos processos políticos, sociais e culturais na América é, conforme os programas, realizado sobretudo, por meio da análise de documentos e do debate historiográfico. Cabe ressaltar, que nos programas das disciplinas de História da América é frequente a proposta de discussão sobre o processo de construção das identidades nacionais e latino-americana. No programa da disciplina de História da América I, há ainda a apresentação de conteúdos e bibliografia, que dizem respeito às relações entre o conhecimento acadêmico e sua prática didática para o ensino fundamental e médio.

No documento analisado da disciplina obrigatória de *História Moderna I*, esta foi ofertada com o título de *História Moderna I: da Respublica Christiana ao Estado Moderno: Tensões, Rupturas e Continuidades na Primeira Modernidade (Séculos XV-XVII)*. Os indígenas são referenciados nos conteúdos que abordam o tema do catecismo e das catequeses no contexto das reformas religiosas da modernidade.

Obrigatória apenas para os que desejam obter o título de licenciatura, a disciplina *Estágio Supervisionado em História*, não apresenta entre os temas elencados em seu programa, temas que envolvem os indígenas, porém entre os títulos listados na bibliografia, indica a leitura do dossiê *Ensino de História Indígena*, publicado pela revista História Hoje. 1 nº 2 (dez. 2012).

Entre as disciplinas eletivas do grupo Tópicos Especiais em História, que realizam o debate sobre as populações indígenas da América, está *Peru do século XVI: Os Incas nas crônicas espanholas*, a qual em seu programa propõem o estudo principalmente da região andina com ênfase na população inca e a relação que estabeleceram com os espanhóis no século XVI.

Outra disciplina do grupo, que inclui a questão indígena é *Historiografia da Arte e da Arquitetura Colonial na América Latina*, que tem por objetivos oferecer aos alunos um panorama da historiografia da arte e da arquitetura do período colonial na América Latina. Os indígenas aparecem no estudo da historiografia da arte e da arquitetura nas Missões Jesuíticas na América do Sul.

O contexto brasileiro é visto em *Arqueologia e Patrimônio*, disciplina que indica no programa, o estudo de diferentes épocas, culturas e temáticas, incluindo contextos europeus, do continente americano e, em particular, o contexto brasileiro. Assim, contempla o estudo sobre sítios arqueológicos com vestígios de populações indígenas na América Latina, mas principalmente no Brasil.

Também em *Leituras sobre a América portuguesa: Sociedade e cotidiano* estão inseridos conteúdos que tratam dos povos originários, sendo que esta apresenta como objetivo do curso, oferecer aos alunos a possibilidade de aprofundar temas e debates historiográficos discutidos na disciplina de Brasil I. Os conteúdos que privilegiam os indígenas referem-se ao estudo da sociedade na América portuguesa em sua diversidade, dinâmica e interações, que de acordo com o programa da disciplina, busca refletir acerca da presença e convivência de diversas e diferentes etnias e grupos sociais, bem como dos processos nos quais esses diferentes elementos sociais e culturais interagiram no cotidiano colonial.

Entre as disciplinas de formação pedagógica apenas *Práticas e estratégias do Ensino de História*, traz em sua bibliografia indicada a lei que torna obrigatório o ensino de história indígena.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA/FCL-ASSIS

Todos os programas do curso de História da FCL-Assis seguem o mesmo padrão. Os temas são apresentados sem as indicações de leitura para cada um deles. Os programas apresentam todos uma relação bibliográfica, porém não é possível determinar entre os textos indicados quais são os trabalhados em aula.

Das disciplinas obrigatórias que contemplam os indígenas consta *História da América Portuguesa I*. De acordo com o programa da disciplina esta tem como objetivos analisar a colonização e a formação social, econômica e política da América portuguesa dentro dos quadros do Antigo Sistema Colonial. Os temas e bibliografia indicam que a disciplina discute

principalmente a caracterização da sociedade que se formou na América portuguesa à luz das formas de organização da produção agrário-exportadora entre os séculos XV e XVIII, com a intenção de se estudar as particularidades históricas e historiográficas que deram razão a alguns aspectos da formação social, econômica e política da época colonial ainda persistente na sociedade brasileira considerando-se os indígenas enquanto sujeitos históricos quando são discutidos o processo de conquista das terras americanas, a diversidade e formas de contato, nos relatos de viajantes e as primeiras notícias sobre o Brasil e, os caminhos e a integração do território.

Também disciplina de caráter obrigatório, *História da América I*, visa oferecer fundamentos relativos à história pré-colombiana e colonial da América de colonização espanhola e francesa por meio do diálogo entre a bibliografia clássica e as recentes contribuições da historiografia. No programa são privilegiadas as altas culturas précolombianas em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Afirma-se que a formação do professor é enriquecida por meio da manipulação de documentos escritos, mapas e filmes e de artefatos culturais de época.

De acordo com o programa da disciplina, o processo de conquista da América é estudado em função das suas motivações, agentes e imaginários europeus assim como os fenômenos materiais e simbólicos resultantes do contato e do confronto entre povos que se desconheciam, donde o papel fundamental do processo de reconhecimento do outro e de transculturação. Reitera-se que o estudo do período colonial permite conhecer a reconfiguração das sociedades americanas sob o domínio europeu, tanto em sua dimensão econômico-social quanto política e cultural, de modo a compreender a sua originalidade civilizatória.

O curso busca ainda refletir sobre as civilizações pré – hispânicas que os europeus encontraram na América (Astecas, Maias e Incas), nos seus aspectos econômicos, sociais, políticos, religiosos e culturais. Procura compreender os processos de conquista física e espiritual dessas etnias e a incorporação à coroa espanhola. Analisar a construção de um novo espaço econômico, cultural e social do mundo colonial e suas diversas alternativas de resistência produzidas pelos povos conquistados.

A última disciplina de caráter obrigatório na qual identificamos conteúdos que contemplam os indígenas, *História da América II*, os indígenas não são diretamente referenciados nos títulos dos temas para as aulas. No entanto, é possível inferir que possam ser abordados no desenvolvimento do tema *Representações da civilização e da barbárie na América Latina*. Entre as

leituras indicadas constam obras que de algum modo contemplam os indígenas, como por exemplo, *Extremo Ocidente: Introdução à América Latina*, de Alain Rouquié, que considera as diversidades das sociedades na América Latina.

Dentre as disciplinas optativas, *Antropologia* aborda a temática indígena. O conteúdo visa oferecer referenciais teórico-metodológicos e desenvolver práticas que permitam ao aluno relacionar os campos da História e o das Ciências Sociais, com ênfase na Antropologia, para a compreensão dos processos culturais que caracterizam as sociedades humanas, para fundamentarem suas atividades futuras de pesquisa e de ensino. O curso apresenta o surgimento e desenvolvimento das Ciências Sociais e da Antropologia Social e Cultural, delimitando contribuições clássicas e contemporâneas, assim como debatendo questões convergentes entre História e Antropologia. Não há referência direta aos indígenas nos títulos dos temas escolhidos para as aulas, no entanto, na relação bibliográfica entre as obras em que consta a questão indígena estão: a) *Casa grande & Senzala*, de Gilberto Freire; b) *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, de Darcy Ribeiro; c) *Selvagem / bárbaro / civilizado*, de Ignacy Sachs (In: Enciclopédia Einaudi).

A última disciplina que descrevemos que contempla em seu programa a ação dos indígenas, intitula-se *Educação ambiental e indigenista*, sendo esta optativa. Aprovada no último projeto pedagógico ainda não foi ofertada (até o momento da escrita deste texto) apesar da previsão de oferecimento para o segundo semestre de 2016. Para a disciplina também não há um programa definido, no entanto, no Projeto Político Pedagógico do curso, na ementa apresentada consta que esta pretende desenvolver a formação continuada e educativa e a atuação de profissionais de História em políticas públicas para meio ambiente e populações indígenas.

Além da ementa, no referido documento consta ainda algumas indicações bibliográficas, sobre a temática indígena, como por exemplo: a) *O museu na aldeia: comunicação e transculturalismo no diálogo museu e aldeia*, de Aivone Carvalho; b) *Índios do Brasil: história, direitos e cidadania*, de Manuela Carneiro da Cunha; c) *História dos índios no Brasil*, obra organizada por Manuela Carneiro da Cunha; d) *Os índios antes do Brasil*, de Carlos Fausto; e) *Educação intercultural: mediações necessárias*, organização de Reinaldo Matias Fleuri; f) *Índios no Brasil*, Luís Donizete Benzi Grupioni; g) *Os brasileiros e os índios*, de Márcio Santilli; h) *Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola*, organização de Aracy Lopes da Silva e Maria Kawall Leal Ferreira. A bibliografia indicada permite aos alunos conhecer a história dos

indígenas no Brasil, as políticas indigenistas, a relação dos povos originários com os demais componentes da sociedade nacional, as configurações das escolas indígenas e a discussão da temática indígena nas escolas não-indígenas.

O QUE MOSTRAM OS PROGRAMAS ESTUDADOS?

A leitura e análise atentas dos programas indicam que os indígenas são contemplados principalmente em disciplinas de História da América, tanto optativas quanto obrigatórias, que geralmente consideram os indígenas enquanto sujeitos e protagonistas históricos. Normalmente, não se detêm apenas nas altas culturas andinas e mesoamericanas, mas também em outras populações indígenas inclusive no território luso-americano. Os povos originários são referenciados em diferentes momentos históricos, desde todo o período anterior ao contato com os europeus até os dias atuais. Algumas disciplinas referenciam a Lei 11.645/08 e consideram necessário o diálogo entre conhecimentos acadêmicos e conhecimentos escolares.

Nas disciplinas de História do Brasil os indígenas são considerados muitas vezes apenas no período colonial tendendo a aparecer com menor frequência durante o Império e desaparecendo após a Independência. Entre os conteúdos mais abordados encontram-se: o contato entre as diferentes culturas, escravidão indígena, catequese, bandeirantismo e expansão do território, política e legislação indigenista e, questão das terras. Admite-se e assume-se o indígena enquanto sujeito histórico, no entanto, há pouca referência a Lei 11.645/08 ou ainda ao ensino dos conteúdos nos níveis fundamental e médio.

Nenhuma das universidades oferta disciplinas específicas de História Indígena em caráter obrigatório, no entanto, todas incluíram em seus currículos disciplinas tanto eletivas quanto obrigatórias de História da África e dos afrodescendentes a partir da Lei 10.639/03, anterior a Lei 11.645/08. PUC-SP e UNESP ainda não ofertaram nenhuma disciplina com o título que contemple predominantemente a questão indígena. Apenas USP e Unicamp ofertaram conteúdos com a temática indígena em disciplinas específicas para a formação de professores e todas fazem referência a Lei 11.645/08.

Os departamentos de Educação responsáveis por ofertar disciplinas para a formação do professor de História não ofertaram qualquer disciplina com a temática indígena em quaisquer das universidades estudadas.

Fica evidente a resistência a dar espaço a discussão sobre os povos indígenas nos currículos das universidades. No entanto, por delimitação de tema, a pesquisa não consegue neste momento identificar as relações de poder que se dão nos departamentos de História, os quais criam e discutem os currículos analisados e que tem deixado os povos indígenas mais uma vez de fora da História, apesar da Lei 11.645/08. Para tanto seria necessário também o estudo do currículo ativo e uma maior participação nas universidades escolhidas. No entanto, a pesquisa alcança seu objetivo quando identifica como os futuros professores de História estão sendo formados para o ensino da temática indígena, quais os conteúdos, abordagens e perspectivas adotados pelos Departamentos de História estudados apontando assim para as permanências e rupturas no ensino de conteúdos sobre as populações indígenas, no ensino de história, tanto na ensino básico como nas universidades, com e apesar da Lei 11.645/08.

Identificamos a partir da leitura do currículo prescrito que as definições do marco legal, Lei 11.645/08, se incorporam muito timidamente nas licenciaturas em História, não constituindo disciplina obrigatória em nenhuma das universidades estudadas. Consideramos que para o desenvolvimento de uma disciplina acadêmica importa tanto fatores internos quanto externos, que devem ser entendidos como interligados e interdependentes.

Julgamos importante considerar que o currículo é muito mais do que um conjunto de conhecimentos e uma determinada composição textual sobre as disciplinas, uma vez que ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da escolha e seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. Nesse sentido, o debate curricular está sempre marcado por tensões, contradições, concessões, conflitos de ordem política, econômica, social, cultural, que influenciam as formas de organização de uma nação (CAIMI, 2013, p. 205).

A leitura dos currículos das licenciaturas em História permite identificar os fins sociais e políticos que os orientam, bem como discutir a concepção de história presente nos currículos a partir da disposição para acolher ou não à temática indígena. Embora avanços tenham ocorrido, como a criação de disciplinas optativas, por exemplo, ainda estamos frente a uma situação em que a disciplina não se consolidou. Nem mesmo os conteúdos sobre as histórias e culturas indígenas estão inserindo-se totalmente nos currículos de disciplinas consideradas como fundamentais para discutir a temática, citamos como exemplar, o desaparecimento dos indígenas dos programas das disciplinas de História do Brasil nos períodos posteriores à Independência do país. Mesmo o campo de pesquisa no país vem se desenvolvendo apenas nas últimas décadas.

Embora todas essas disciplinas sejam importantes para a formação do professor de história, elas cumprem outro papel que não se relaciona minimamente com o reconhecimento da alteridade indígena no país e a necessidade de multiplicar ideais antidiscriminatórios a partir do reconhecimento de seu protagonismo histórico e na formação do país. De fato, tais posturas não contribuem para abalar a prevalência de personagens europeus na construção da América e, ainda, reforçam a ideia de que os povos indígenas brasileiros são (ou devem ser) relíquias vivas congeladas como que ainda em 1500. Assim, ao optarem por não criar uma disciplina específica de História Indígena, preferindo diluir esse conteúdo nas disciplinas de História do Brasil ou da América, os cursos de Licenciatura em História não cumprem apenas a Lei 11.645/08, como ainda posicionam-se incontestavelmente contra ela, reforçando um conhecimento informado por uma historiografia eurocêntrica e mantendo a ideia folclorizada de um índio prístino e autêntico que contrasta dramaticamente com o índio real (MEC/CNE, 2012, p 14).

O grande desafio para reconhecer, respeitar, valorizar a diversidade própria de sociedades multiculturais está em ir muito além de simplesmente admitir que existam diferenças sociais e étnico-raciais em nossa sociedade. É necessário mais do que a inclusão de novos conteúdos, é preciso também repensar as relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, os procedimentos de ensino, as condições oferecidas para a aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecidas nas escolas e universidades. Estes além de ampliarem as perspectivas de estudos permitem que as dimensões históricas, sociais, antropológicas contribuam para que a população indígena possa se reconhecer e ser reconhecida na cultura e ter identidade nacional baseada na diversidade étnica e cultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA NETO, Antônio Simplício de. Ensino de História Indígena: currículo, identidade e diferença. In: Patrimônio e memória. São Paulo, UNESP, v. 10, n. 2, p. 218-234, jul./dez. 2014. ISSN – 1808–1967. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/461>

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História do Brasil: identidade nacional e ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro (org.) História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Reflexões sobre currículo e diversidade cultural. In: BUENO, José G. Silveira. MUNAKATA, Kazumi. CHIOZZINI, Daniel Ferraz. (orgs.) A escola como objeto de estudo: escola, desigualdades, diversidades. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008.

CAIMI, Flávia Eloisa. A licenciatura em História frente às atuais políticas públicas de formação de professores: um olhar sobre as definições curriculares. Revista Latino-Americana de História. vol. 2, nº 6, agosto de 2013. Disponível em:

<http://projeto.unisinus.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/189/143>

CEREZER, Osvaldo Mariotto. Diretrizes Curriculares para o ensino de História e cultura afro-brasileira e indígena: implementação e impactos na formação, saberes e práticas de professores de História iniciantes (Mato Grosso, Brasil). Tese. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2015.

CHERVEL, André. História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Revista Teoria e Educação, Porto Alegre, v.2, 1990.

CIAMPI, Helenice. A história pensada e ensinada: da geração das certezas à geração das incertezas. São Paulo: EDUC, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.) História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

GOODSON, IVOR F. Currículo: teoria e história. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições In: Eric Hobsbawm e Terence Ranger (orgs.). A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Departamento de História. Projeto Pedagógico do Curso de História, 2014.

Programas das disciplinas que fazem referência à temática indígena.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. "Histórias e Culturas Indígenas". Alguns desafios no ensino e na aplicação da Lei 11.645/2008: de qual história e cultura indígenas estamos mesmo falando?

Revista História e Perspectiva, Uberlândia, jan./jun. 2015. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/viewFile/32772/17715>

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do Professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe M. F. (org.) O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2002.

SILVA, Edson. O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. Revista História Hoje, vol. 1, nº 2, 2012. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/48>

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS. Departamento de História. Projeto Pedagógico, 2015.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Departamento de História. Projeto Pedagógico, 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Departamento de História. Projeto Político-Pedagógico, 2015.



Submissão: 22 de outubro de 2017

Avaliações concluídas: 17 de fevereiro de 2018

Aprovação: 07 de março de 2018

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

VALENTINI, Aline A. As Histórias e Culturas Indígenas nos Currículos das Licenciaturas em História. Revista Temporis [Ação] (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 18, N. 01, p. 9-34 de 269, jan./jun., 2018, ano 21. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>> Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >